



ACÓRDÃO Nº1205/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12364/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas – ARSAM.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Acram Salameh Isper Jr (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4959/2020-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas - ARSAM. Exercício de 2019.

Regularidade. Quitação. Recomendação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas do **Sr. Acram Salameh Isper Jr**, responsável pela Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas - ARSAM, exercício de 2019, com fundamento nos arts. 19, II e 22, I, da Lei n.º 2.423/1996 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, I, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas) e, ainda:
- 10.2. **Dar quitação** ao **Sr. Acram Salameh Isper Jr**, com fulcro no art. 163, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno desta Corte de Contas);
- 10.3. **Recomendar** à atual e futuras gestões da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas - ARSAM que:
 - 10.3.1. Observe com maior cautela as exigências do art. 13, do Decreto Estadual nº 36.229/2015, em atenção ao item 5 do Relatório/Voto;
 - 10.3.2. Observe com maior cautela as exigências da Lei de



ACÓRDÃO Nº1205/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93), especialmente no que tange ao art. 14, em atenção ao item nº 16 do Relatório/Voto.

10.4. Dar ciência ao Sr. Acram Salameh Isper Jr sobre o deslinde deste feito.

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Dezembro de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral